

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

## Proposta de Emenda Constitucional:

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - O artigo 102 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102 - Fica extinto o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná passando os seus membros a integrar o Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - No prazo de cento e oitenta dias, contados da promulgação desta emenda, o Tribunal de Justiça, por ato administrativo, promoverá a integração dos membros do tribunal extinto em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário estadual.

Art. 93 - São órgãos do Poder Judiciário no Estado:

I -.....

II -.....

Art. 103 - suprimido

Art. 104 - suprimido”.

Art. 2º - Substituia-se, no que couber, a expressão Tribunal de Alçada por Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.2002

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Neivo Beraldin, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Martins, Divanir Braz Palma, Moysés Leônidas, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Luiz Carlos Zuk e Eli Ghellere.

JUSTIFICATIVA:

A criação dos Tribunais de Alçada deu-se visando agilizar a justiça, em especial nas causas de menor expressão econômica, ou de crimes mais leves e que demandavam solução mais rápida. Entretanto, passaram a exercer funções idênticas às do Tribunal de Justiça, inclusive julgando muito mais processos que o Tribunal de

Justiça, razão pela qual não podem ser considerados tribunais inferiores.

A coexistência de tribunais autônomos para o exercício de uma única atribuição significa gasto excessivo no momento em que é exigido a todos os brasileiros o sacrifício resultante do ajuste fiscal.

Além da superprodução de estruturas, evidente o retrocesso consistente em inúmeros conflitos de competência, numa discussão autofágica para se chegar à deliberação prévia sobre qual o tribunal competente para conhecer determinados recursos.

A existência dessa discussão processual dos conflitos de competência intensifica o problema do excesso de processos repassados, a aguardar distribuição em alguns tribunais estaduais. Depois de suportar as vicissitudes do processo na primeira instância, a parte ainda precisa munir-se de paciência para esperar que o recurso chegue às mãos do relator.

Apenas três Estados, em todo o Brasil, conservam essa excrescência que já surtiu efeitos nas décadas imediatamente posteriores à de quarenta, mas que hoje perderam sua razão de existir e foram substituídos pela alternativa mais econômica das Turmas de Recursos dos Juizados Especiais. De forma pioneira, os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro já processaram a unificação da segunda instância, em experiência exitosa e por todos reconhecida.

De acordo com o juiz de direito doutor Rogério Ribas, em matéria publicada pelo Jornal Folha de Londrina, o Tribunal de Alçada julga muito mais processos do que o Tribunal de Justiça, sendo que o leque de competência recursal do Tribunal de Alçada é muito maior, e com a unificação das duas cortes de Justiça, acabariam com os conflitos de competências entre os dois tribunais existentes, dinamizando não só os julgamentos, mas também a administração da justiça em segundo grau. Proporcionando vantagens para a população como a maior rapidez nos julgamentos além de grande economia de cargos e salários.

A unificação, com a eliminação dos conflitos de competência, racionalização na distribuição de recursos e gestão administrativa única para o Poder Judiciário estadual, está de acordo com as modernas exigências da mais adequada gestão organizacional. E atende à postulação da quase totalidade dos juízes brasileiros, inúmeras vezes manifestada em seus congressos associativos.

O brasileiro tem direito a uma Justiça eficiente, célere e descomplicada. A existência de um único órgão de segunda instância atenderá a esse legítimo interesse da comunidade.